

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTÁDO DE SÃO PAULO

Parecer DJ nº 132/2016

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2015 – Aatoria Vereador Paulo Montero e Vereador Aldemar Veiga Junior – Outorga o título de cidadão honorário de Valinhos ao Reverendíssimo Padre Rodrigo Caitini Flaibam

*À Diretora Jurídica*

*Dra. Ana-Cláudia Mariana*

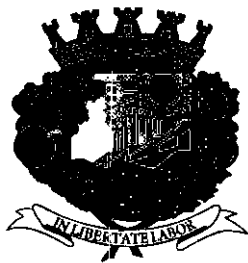
Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que outorga o título de cidadão honorário de Valinhos ao Padre Rodrigo Caitini Flaibam de autoria Aatoria Vereador Paulo Montero e Vereador Aldemar Veiga Junior solicitado pelo Presidente Comissão de Justiça e Redação.

Cumpre, primeiramente, destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a análise técnica do projeto em epígrafe solicitado.

Da leitura da propositura, destaca-se que a concessão do Título de Cidadão Honorário é entregue a uma pessoa importante, por prestar favores que ajudem no desenvolvimento social local. A pessoa homenageada passa a ser conterrânea da terra natal, mesmo que não tenha nascido ou não resida no local que lhe agraciou com a honraria.

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

A proposta em exame afigura-se revestida de legalidade, pois por força da Constituição, os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30 inc. I e inc. II).

A competência da Câmara está prevista no art. 9º da Lei Orgânica:

*"Art. 9º. Compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras:"*

(...)

*XVIII - conceder título de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município, devendo o respectivo decreto legislativo ser aprovado pelo voto de dois terços de seus membros."*

Por se tratar de concessão de título de cidadão honorário de Valinhos, a matéria deve contemplar os requisitos do art. 27 inc. XVIII, do art. 41, III e §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como, o art. 126, §2º, III, do mesmo diploma normativo, os quais desde já se observam:

*"Art. 27. À Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

(...)

*XVIII - conceder título de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município, devendo o respectivo decreto legislativo ser aprovado pelo voto de dois terços de seus membros;"*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

*"Artigo 41 – Compete a Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros Públicos e Assistência Social:*

*(...)*

*III – apresentar parecer sobre todo projeto que verse sobre denominação de vias e próprios municipais, bem como a concessão de título honorífico, que serão submetidos primeiramente à apreciação da Comissão antes da divulgação dos nomes dos homenageados para posterior encaminhamento a outras Comissões.*

*(...)*

*§ 3º. Os projetos de concessão de título de Cidadão Honorário ou outra honraria deverão ser apresentados com apoio da maioria absoluta dos membros da Câmara."*

*"Artigo 126 - Toda matéria de competência da Câmara administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de projeto de resolução ou decreto legislativo.*

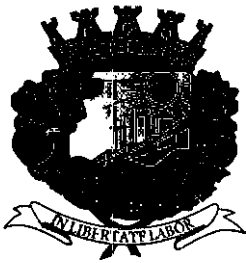
*(...)*

*§ 2º - Constitui matéria de projeto de decreto legislativo:*

*(...)*

*III – outorga de títulos honorários e beneméritos;"*

Por fim, no que tange à forma o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.




# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTÁDO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, a proposta reúne condições de legalidade e constitucionalidade. Sobre o mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.

É o parecer.

D.J., aos 29 de abril de 2016.

  
Aline Cristine Padilha  
Advogada

Revisado e de acordo:

  
Aparecida de Lourdes Teixeira  
Advogada

  
Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa  
Advogada



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

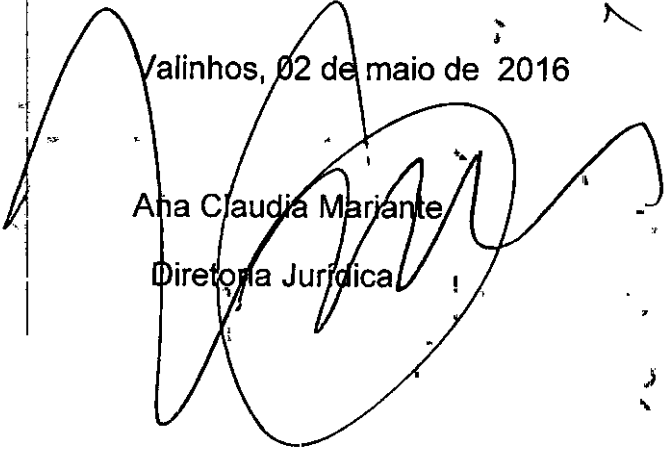
À Comissão de Justiça e Redação,

Segue conforme solicitado, parecer da lavra da advogada Aline Cristine Padilha, referente ao Decreto Legislativo de autoria do Vereador Paulo Roberto Montero, neste ato ratificado por esta subscritora, pelas razões de direito expostas.

Excelências.

Para o que for do entendimento de Vossas

Valinhos, 02 de maio de 2016

  
Ana Claudia Mariante  
Diretora Jurídica